

## Controlo social na redacção. Uma análise funcional (\*)

Warren Breed

Os principais dirigentes das organizações convencionais são os artificios de uma política empresarial, mas também têm de se assegurar de que o conformismo em relação a essa política se mantém nos níveis mais baixos. A situação do *publisher* (proprietário) do jornal é um caso análogo. Como dono ou representante de propriedade, tem o direito nominal de estabelecer a política editorial do jornal e de verificar se as actividades redactoriais estão coordenadas, como sugerem a literatura das «relações humanas» e os estudos de grupos informais e de profissões (Roethlisberger e Dickson, 1947; Wilson, 1942).

Idealmente, numa democracia plena, não existiria nenhum problema, quer de «controlo» quer de «política» no jornal. Os únicos controlos seriam a natureza do acontecimento e a habilidade do repórter para o descrever. Na prática, verificamos que o *publisher* estabelece a política informativa, a qual é, geralmente, seguida pelos membros do corpo redactorial. No entanto, a aceitação não é automática por três razões: (1) a existência de normas de ética jornalística; (2) o facto de os subordinados (repórteres, etc.) tenderem a ter atitudes mais «liberais» (\*\*) (e, conseqüentemente, percepções) do que o *publisher* e poderem invocar as normas para justificar escritos contra a política; e (3) o tabu ético impedindo o *publisher* de obrigar subordinados a seguirem a sua orientação. O objectivo deste ensaio é observar como é que esta vem a ser mantida e onde é ultrapassada.

Assim, é necessário fazermos agora várias definições. Como o pessoal, os «jornalistas» podem ser divididos em duas categorias principais. Os «executivos» incluem o *publisher* e os

---

(\*) Reedição de: *Social Forces* (Vol. 33, Fall, 1955). «Social Control in the Newsroom: A Functional Analysis», de Warren Breed. Direitos de autor. *Social Forces*. Reedição com a aprovação do editor.

(\*\*) Nota de tradução - «liberal» - Na acepção norte-americana do termo, ou seja uma postura tolerante e aberta em relação às questões de moral e liberdade individual, e, em relação às questões económicas, a defesa da intervenção do Estado para corrigir injustiças sociais.

seus editores. Os *staffers* são os repórteres, os responsáveis pelo *rewriting*, os revisores, etc. Entre estes, podem aparecer os editores da secção local ou os editores telegráficos, que ocupam um lugar intermédio. A «política» pode ser definida como a orientação mais ou menos consistente evidenciada por um jornal, não só no seu editorial como também nas suas crónicas e manchetes, relativas a questões e acontecimentos seleccionados. A «parcialidade» não significa necessariamente prevaricação. Pelo contrário, envolve a omissão, a selecção diferencial, ou a colocação preferencial, tal como «destacar» um item favorável à orientação política do jornal, «enterrar» um item desfavorável numa página interior, etc. As «normas profissionais» são de dois tipos: as normas técnicas envolvem as operações de recolha, escrita e preparação das notícias; as normas éticas dizem respeito à obrigação do jornalista para com os leitores e para com a sua profissão, e incluem ideias como a responsabilidade, a imparcialidade, a exactidão, o *fair play* e a objectividade (1).

Cada jornal tem uma política editorial, admitida ou não (2). A orientação de um jornal pode ser a favor dos republicanos, fria para com os trabalhadores, contrários aos Conselhos de Administração Escolar, etc. As principais áreas de orientação envolvem a política, os negócios e o trabalho; muitas provêm de considerações de classe. A orientação manifesta-se na «parcialidade». Aquilo que determina exactamente a política editorial de qualquer *publisher* é um grande problema, e não será discutido aqui. No entanto, o proprietário tem naturalmente muito a dizer (muitas vezes na forma de veto) tanto nas decisões de políticas a seguir a longo prazo como nas imediatas (que partido apoiar, se destacar ou enterrar uma notícia sobre iminentes questões laborais, quanto espaço livre dar às «notícias» das actividades dos publicitários, etc.). Finalmente, a orientação política é disfarçada devido à existência de normas éticas de jornalismo: a orientação política transgride estas normas muitas vezes. Nenhum executivo está disposto a arriscar sofrer humilhações por ser acusado de dar ordens para distorcer uma notícia.

Uma vez que a política editorial é determinada pelos executivos, é óbvio que eles não podem recolher e escrever pessoalmente as notícias. Têm que delegar estas tarefas nos *staffers*, e é nesta altura que as atitudes ou interesses dos *staffers* podem – e é o que acontece muitas vezes – entrar em conflito com as dos executivos (3). De 72 *staffers* entrevistados, 42 mostraram que tinham opiniões mais liberais do que aqueles que estavam inerentes na política do seu *publisher*; 27 tinham opiniões semelhantes, e somente três eram mais conservadores. Analogamente só 17 entre 61 *staffers* afirmaram ser republicanos (4). A discrepância é maior

(1) O código formal mais conhecido é «The Canons of Journalism», da Sociedade Americana de Editores de Jornal. Veja-se Schramm, 1949, pp. 236-238.

(2) É extremamente difícil medir a extensão da objectividade ou da parcialidade. Uma tentativa recente encontra-se relatada in Blumberg (1954), que fez o cálculo a partir da actuação de 35 jornais durante a campanha eleitoral de 1952. Ele concluiu que 18 dos jornais não exibiam «nenhuma prova de parcialidade», 11 «nenhuma prova conclusiva de parcialidade», e só em seis é que a parcialidade era visível. As suas interpretações, todavia, estão abertas à discussão. Uma interpretação diferente poderia concluir que embora cerca de 16 mostrassem pouca ou nenhuma parcialidade, o mesmo não acontecia com o resto. Deve-se salientar também que existem diferentes áreas de política editorial que estão dependentes das condições locais. A principal diferença ocorre no Sul, onde geralmente não existe qualquer problema «republicano» ou «sindical» em relação aos quais o corpo redaccional possa estar dividido. O problema racial é a preparação da orientação política.

(3) Esta situação, assinalada numa conferência de Paul F. Lazarsfeld, foi o ponto de partida para o presente estudo.

(4) Descobertas semelhantes foram feitas acerca dos correspondentes de Washington em Rosten (1937). Menos conflito ideológico foi descoberto em dois outros estudos: (Prugger, 1941, pp. 231-44; e Swanson, 1948). As possíveis razões para a lacuna é que ambos os jornais estudados estavam possivelmente acima da média na questão da objectividade; os executivos estavam incluídos juntamente com os redactores nos cálculos; e alguns redactores que não tratavam de notícias políticas estavam indubitavelmente incluídos.

quando a idade (e, assim, os anos de experiência jornalística) é mantida constante. Dos 46 com menos de 35 anos, 34 mostraram tendências mais liberais; os mais velhos «amadureceram» aparentemente. Deve fazer-se notar que faltam dados relativos à veemência das posições políticas. Algumas podem discordar tão pouco que se conformam e não sentem nenhuma tensão. Este ensaio é pertinente no único sentido em que os jornalistas dissidentes são forçados a tomar decisões esporádicas acerca da sua relação com a política editorial do jornal (5).

Iremos agora examinar mais de perto o trabalho da equipa editorial. A principal questão será: como é mantida a orientação política apesar de muitas vezes transgredir as normas jornalísticas, de, muitas vezes, os jornalistas discordarem dela, e de os executivos não poderem legitimamente ordenar que ela seja seguida? O ponto de referência será o da análise funcional incorporada no paradigma de Merton (6).

Os presentes dados provêm da experiência do autor deste artigo e de entrevistas intensivas com cerca de 120 jornalistas, principalmente na zona Nordeste dos Estados Unidos. A amostra não foi aleatória e não reivindica qualquer pretensão de representatividade, mas, por outro lado, não foi seleccionado nem omitido nenhum jornal propositadamente, e em nenhum caso jornalista algum recusou o pedido de ser entrevistado. Os jornais foram escolhidos para servir um grupo «médio», definidos como aqueles que têm uma tiragem diária entre 10 000 e 100 000 exemplares. A média de duração das entrevistas excedeu, em muito, uma hora (7).

Existe um elemento de «acção» inerente no presente assunto – a necessidade prática e democrática de uma «imprensa livre e responsável» informar os cidadãos dos assuntos do momento. Muita da crítica da imprensa provém da inclinação induzida pela parcialidade da orientação política dada pelo *publisher* (8). Esta crítica é frequentemente dirigida a casos flagrantes como à imprensa de Hearst, ao *Chicago Tribune* e aos tablóides de Nova Iorque, mas também se aplica, em menor grau, à imprensa mais convencional. A descrição dos mecanismos de manutenção da orientação política podem sugerir a razão pela qual esta crítica é, muitas vezes, infrutífera, pelo menos no sentido estrito.

### Como o redactor apreende a orientação política

O primeiro mecanismo que promove o conformismo é a socialização do redactor no que diz respeito às normas do seu trabalho. Quando o jornalista inexperiente começa o seu trabalho, não lhe é dita qual é a política editorial. Nem nunca lhe será. Isto pode parecer estranho, mas as entrevistas, uma após outra, vieram-no confirmar. A observação mais comum era: «Nunca, nos meus anos de jornal, me disseram como 'se orienta' a notícia». Nenhum dos

(5) Não se está a argumentar que o «liberalismo» e a objectividade são sinónimos. Um jornal liberal (por exemplo, o *PM*) também pode ser parcial, mas é claro que existem poucos jornais liberais entre os muitos jornais conservadores. Também se deve salientar que muitas das notícias não dizem respeito à orientação política.

(6) Merton (1949, esp. pp. 49-61). Não se fará explícita referência aos elementos de Merton mas os seus principais requisitos são discutidos em vários momentos.

(7) Os dados são retirados de Breed (1952). Agradece-se a William L. Kolb e Robert C. Stone, que leram o presente manuscrito e fizeram valiosas críticas e sugestões.

(8) Para uma descrição resumida desta crítica veja-se Commission on the Freedom of the Press, *A Free and Responsible Press* (Chicago: University of Chicago Press, 1947), cap. 4.

jornais do inquérito possuía um programa de formação para os novos; alguns distribuíram um livro de «estilo», mas este trata de estilo literário, não de política editorial. Além disso, os repórteres são pessoas muito ocupadas e têm muito pouco tempo para um «treino de recruta». No entanto, todos, com a excepção dos novos, sabem qual é a política editorial (?). Quando interrogados, respondem que a aprendem «por osmose». Em termos sociológicos, isto significa que se socializam e «aprendem as regras» como um neófito numa subcultura. Basicamente, a aprendizagem da política editorial é um processo através do qual o novato descobre e interioriza os direitos e as obrigações do seu estatuto, bem como as suas normas e valores. Aprende a antever aquilo que se espera dele, a fim de obter recompensas e evitar penalidades. A orientação política é um elemento importante das normas da redacção, e é aí que ele a apreende, da forma que iremos descrever seguidamente.

O *staffer* lê o seu próprio jornal todos os dias; alguns jornais «exigem» isso. É fácil diagnosticar as características de um jornal. A menos que o jornalista seja ingénuo ou extremamente independente, tende a imaginar as suas notícias a partir de outras que vê no jornal. Isso é característico do caloiro. As crónicas e os editoriais são um guia para as normas locais. Assim, um jornalista do Sul nota que os republicanos são tratados de modo diferente dos democratas, nas crónicas do seu jornal. As notícias acerca de brancos e de negros também são de tipos diferentes. Se, por acaso, ele resolver escrever acerca de um destes grupos, a sua reportagem tenderá a reflectir aquilo que ele define como procedimento padrão.

Certas acções editoriais levadas a cabo pelos editores e pelos *staffers* mais velhos também servem de guias de controlo. «Se as coisas são constantemente censuradas», disse um repórter, «fica-se a saber que ele (o editor) tem um preconceito a esse respeito.»<sup>(9)</sup> Do mesmo modo, um executivo pode, ocasionalmente, repreender um jornalista por violação da orientação política. Das provas que temos, a reprimenda é, frequentemente, indirecta, devido à natureza dissimulada da política, mas, apesar disso, a aprendizagem não deixa de ter lugar. Um *staffer* aprendeu muito por causa de uma série de incidentes:

«Ouvi dizer que (um sindicato) ia entrar em greve, assim, mantive-me informado sobre o assunto; então, o 'chefe' disse qualquer coisa acerca disso, e é claro – percebi o que ele queria dizer e demos menos cobertura à greve que se estava a organizar. Foi mais fácil assim. Perdemos a 'estória'\*, mas o que é que havemos de fazer?

«Utilizámos uma patranha qualquer acerca de uma firma que vinha para a cidade, e fui arrastado para fora da cama por causa disso. O 'chefe' está interessado nesta matéria – temos de esclarecer tudo com ele. É funcionário da Câmara. Assim... depois de várias vezes, torna-se irritante, por isso fartei-me. Tento descobrir aquilo que terá melhor resultado. Aprendi a tentar adivinhar o que o patrão quer.»

(9) Embora o conceito de orientação política seja crucial para esta análise, não se pode afirmar que os jornalistas o discutam em profundidade. Alguns nem mesmo usam o termo quando se discute o modo como o jornal é dirigido. Até certo ponto, a orientação política é um fenómeno latente; ou o *staffer* não tem qualquer razão para ponderar acerca dela ou prefere evitar fazê-lo. Pode-se dizer que uma força dessa orientação é que deixou de ser manifesta para os redactores que a seguem.

(10) Note-se que algumas das acções dos executivos, como a censura, desempenham não só a manifesta função de preparar a notícia para publicação como também a função latente de conduzir a acção futura do jornalista.

(\*) *Nota de tradução* – Na cultura profissional dos jornalistas anglo-saxónicos, o termo *story* é frequentemente utilizado. Pode referir-se não só à notícia como ao acontecimento. Utilizou-se a forma ortográfica «estória» para evitar qualquer confusão que poderia surgir com a forma ortográfica «história».

A bem da verdade, deve dizer-se que este *publisher* foi um dos mais dictatoriais que encontramos neste estudo. O padrão de controlo através da repreensão era constantemente utilizado. Outro *staffer* escreveu, por sua própria iniciativa, uma série acerca da discriminação contra os Judeus em vários hotéis.

«Tratava-se da velha matéria acerca do 'Acordo de Cavalheiros', documentado localmente. O 'chefe' chamou-me... não tinha gostado da matéria... a série nunca apareceu. Você começa a ter a ideia...»

Note-se que o «chefe» nunca «ordena»; a ordem é mais subtil. Também parece que a maior parte das indicações acerca da orientação política, por parte dos executivos, são negativas. Eles vetam com um abanar de cabeça, como que a dizer «Por favor, não abanem o barco». As excepções ocorrem na cobertura das campanhas eleitorais, que serão discutidas mais tarde. Também se deve ter em conta que a punição está subjacente se a orientação política não for seguida.

Os *staffers* também são guiados através do conhecimento das características, interesses e relações dos seus executivos. Este conhecimento pode ser obtido de vários modos. Um é a maledicência. Um repórter disse:

«Falamos mal dos editores? Muitos de nós costumávamo-nos encontrar para beber uma cerveja e conversar. Não deixávamos pedra sobre pedra.»

Outro ponto de contacto com os executivos é a conferência noticiosa (raramente assim denominada nos jornais de média tiragem), onde os *staffers* delineam as suas descobertas e os executivos discutem que forma dar à notícia. A conferência típica tem lugar entre duas pessoas, o repórter e o editor da secção local, e não ultrapassa mais de meia dúzia de palavras. (Repórter: «Um ferido num acidente de viação na parte alta da cidade.» Editor: «Está bem, não te alongues muito.») Se está em causa a orientação política, a conferência pode implicar vários executivos e requerer horas de consideração. Dessas reuniões, o *staffer* pode ascender à compreensão através daquilo que é dito e não dito pelos executivos. É importante salientar que a orientação política não é expressa explicitamente, nem nessas reuniões nem noutro lado qualquer, salvo raras excepções. De facto, essas reuniões tratam geralmente de assuntos jornalísticos, como sejam a fiabilidade da informação, a noticiabilidade, os possíveis «ângulos» e outras tácticas jornalísticas.

Existem três outros canais de informação acerca dos executivos, que são os órgãos internos (impressos para o pessoal pelos sindicatos e os jornais de maior tiragem), a observação do executivo durante os encontros com outros dirigentes e a emissão de uma opinião. Um *staffer* recorda-se da atitude do proprietário do seu jornal no seguinte incidente:

«Lembro-me de o ouvir dizer na noite das eleições (1948), quando parecia que íamos ter uma maioria democrática em ambas as câmaras: 'Meu Deus, quer dizer que vamos ter um Governo trabalhista'. Pergunta: Como é que ele disse isso? Tinha um tom de alarme na voz; não se podia deixar de perceber que ele preferiria os republicanos.»

Iremos chamar a atenção para o facto de que quando se fala da forma como o *staffer* apreende a orientação política, também existem indicações do «porquê» do seu seguimento.

## Razões do co

Não exi  
recorramos de  
rais». Devem  
visto à luz do  
de. Também s  
e as consequê  
– frequentemente  
*staffer* (1).

### 1. AUT

Geralm  
tem o direito  
impedir algué  
grandemente  
empresa pura  
americana) e  
fenómeno rar  
em 12 anos; c  
existe divisã  
(CIO). As ún  
desvarios sex  
eventuais pre  
de publicação  
categoria inf  
punições; o m  
necrologia –  
sua invocaçã  
parecer à pri

Por se  
originar «des  
«seguros». N  
editor da má  
apresentada

(1) Des  
notícias na  
Alguns assun  
escritos na  
que foram  
sem fim  
cap. 10. Des  
de um assun

## Razões do conformismo para com a orientação política

Não existe nenhum factor que crie a disposição para o conformismo, a não ser que nos recorramos de um termo sumário tal como «estatutos institucionalizados» ou «papéis estruturais». Devem-se procurar os factores particulares em casos particulares. O «staffer» deve ser visto à luz do seu estatuto e aspirações, da estrutura da organização da redacção e da sociedade. Também se deve ter em conta as operações que ele executa ao longo do seu dia de trabalho, e as consequências que elas podem ter sobre ele. As seis razões que aparecem a seguir podem – frequentemente, ou mesmo sempre – evitar actos de desvio do potencialmente intransigente staffer <sup>(11)</sup>.

### 1. AUTORIDADE INSTITUCIONAL E SANÇÕES.

Geralmente, o *publisher* é o dono do jornal e, do ponto de vista estritamente comercial, tem o direito de esperar obediência da parte dos seus empregados. Tem o poder de despedir ou impedir alguém de progredir devido a transgressões. No entanto, este poder é, hoje em dia, grandemente diminuído por três factores. Primeiro, o jornal não é concebido como uma empresa puramente comercial, devido à protecção da «Primeira Emenda» (da constituição americana) e à tradição do serviço público profissional. Segundo, os despedimentos são um fenómeno raro nos jornais. Por exemplo, um editor declarou que tinha despedido dois homens em 12 anos; outro lembrava-se de quatro despedimentos em 15 anos naquele jornal. Terceiro, existe divisão de cláusulas de pagamento nos contratos com o *American Newspaper Guild* (CIO). As únicas causas realmente válidas para despedimento são a embriaguez excessiva, os desvarios sexuais, etc. Grande parte do desemprego nos jornais deriva, aparentemente, das eventuais pressões económicas ocasionais em jornais de grande tiragem e da total suspensão de publicação. De igual modo, no inquérito só foi encontrado um caso de passagem para uma categoria inferior na carreira. No entanto, é verdadeiro o facto de os staffers ainda receberem as punições; o mito diz que o brilhante repórter errante é retirado dos assassinios e colocado na necrologia – «a câmara de tortura chinesa» da redacção. O medo de sanções, mais do que a sua invocação, é uma das razões que levam ao conformismo, mas não é tão forte como poderia parecer à primeira vista.

Por seu lado, os editores podem, muito simplesmente, ignorar reportagens que poderiam originar «desvios» e, quando isso é impossível, podem marcar a reportagem a um staffer «seguro». No caso, não muito frequente, de uma notícia contra a orientação política chegar ao editor da redacção, esta é alterada; razões alheias, tais como a falta de tempo e de espaço, são apresentadas como justificação da alteração <sup>(12)</sup>. Por último, o editor pode contribuir para a

<sup>(11)</sup> Duas advertências têm de ser dadas aqui. Primeiro, lembraremos que estamos a tratar não de todas as notícias mas apenas de notícias políticas. Segundo, tratamos apenas de staffers que são potenciais não conformistas. Alguns concordam com a orientação política; outros não tomam qualquer posição em questões políticas; outros não escrevem notícias que envolvem a orientação política do jornal. Além disso, existem forças na sociedade americana que fazem com que muitos indivíduos escolham o ajustamento harmonioso (conformismo) em qualquer situação, sem fazer caso dos imperativos. Veja-se Fromm, 1941; Riesman, 1950.

<sup>(12)</sup> Uma excelente ilustração desta tática é fornecida num romance de uma experiente jornalista: Long (1953, cap. 10). Este capítulo descreve a trama para condenar um negro por assassinio numa cidade sulista e a tentativa de um repórter de contar a «estória» objectivamente.

durabilidade da orientação política isolando o *publisher* dessas questões. Pode argumentar que este ficaria embaraçado com possíveis controvérsias em torno da orientação política e da parcialidade resultante; assim, a orientação não só é encoberta como também não é discutida, permanecendo, conseqüentemente, imutável <sup>(1)</sup>.

## 2. SENTIMENTOS DE OBRIGAÇÃO E DE ESTIMA PARA COM OS SUPERIORES.

O *staffer* pode sentir um sentimento de obrigação para com o jornal por este o ter contratado. Pode ainda sentir respeito, admiração e agradecimento para com certos editores que o tenham ensinado, «defendido» ou actuado de forma paternalista. Deve-se respeito aos jornalistas mais velhos que tenham servido de modelo aos caloiros ou que tenham, de qualquer outro modo, prestado ajuda. Tais obrigações e sentimentos pessoais calorosos para com os superiores têm um papel estratégico no seu «aliciamento» para o conformismo.

## 3. ASPIRAÇÕES DE MOBILIDADE.

Na resposta a uma pergunta sobre ambição, todos os *staffers* mais novos mostraram desejos de alcançar uma posição de relevo. Todos concordavam em que lutar contra a orientação política constituía um grande obstáculo para a consecução desse objectivo. Na prática, alguns mais teimosos salientaram que uma boa tática para avançarem era arranjar «grandes» «estórias» na Primeira Página; isto significa, automaticamente, não interferir na política do jornal. Ainda mais, alguns redactores vêem o trabalho jornalístico como um «trampolim» para um trabalho mais lucrativo: relações públicas, publicidade, *free-lancing*, etc. A reputação de «aventureiros» inibiria tal subida.

Impõe-se aqui uma palavra acerca das hipóteses de ascensão. De 51 jornalistas com 35 anos ou mais, 32 eram executivos. De 50 mais jovens, seis tinham alcançado postos executivos e outros estavam a subir, como redactores telegráficos, repórteres políticos, etc. À excepção de cinco, todos estes jovens eram licenciados, contrastando com apenas metade dos mais velhos.

## 4. AUSÊNCIA DE GRUPOS DE LEALDADE EM CONFLITO.

A maior organização oficial de jornalistas é a American Newspaper Guild. Esta organização, por muito que o deseje, não tem interferido em assuntos internos, tais como a orientação política do jornal. Tem dado importância ao sindicalismo nas empresas e aos interesses políticos externos à redacção. Quanto aos grupos informais, não existe nenhuma prova disponível de que um grupo de *staffers* tenha, alguma vez, conspirado contra a orientação política.

## 5. O PRAZER DA ACTIVIDADE.

a) *A cooperação na sala de redacção.* O *staffer* tem um estatuto menos formal do que os executivos, mas não é tratado como um «trabalhador». Pelo contrário, trabalha juntamente com os executivos; todos cooperam agradavelmente num trabalho que todos respeitam: a busca de informação. A sala de redacção é um lugar amistoso onde todos se tratam pelo

---

<sup>(1)</sup> O isolamento de um indivíduo ou grupo de um outro é um bom exemplo dos mecanismos sociais (distintos dos psicológicos) na redução das probabilidades de conflito. A maioria dos factores que induzem à conformidade poderiam, do mesmo modo, ser encarados como mecanismos sociais. Veja-se Parsons e Shils, 1951, pp. 223-230.

primeiro nome. Os *staffers* discutem as «estórias» com os editores numa base de mútua confiança. Os principais executivos abandonam os seus próprios gabinetes, por vezes, e participam nas discussões na sala de redacção <sup>(14)</sup>.

b) *As tarefas necessárias são interessantes.* Os jornalistas gostam do seu trabalho. São poucos aqueles que fizeram queixas, quando lhes foi dada a oportunidade durante as entrevistas deste estudo. As tarefas necessárias – testemunhar, entrevistar, meditar brevemente no significado dos acontecimentos, verificar factos, escrever – não são onerosas.

c) *Gratificações não financeiras.* Estas são numerosas: a variedade de experiência, o testemunho pessoal de acontecimentos significantes e interessantes, ser o primeiro a saber, obter «informações secretas» negadas a leigos, conhecer e, por vezes, conviver com pessoas notáveis e célebres (que se fossem prudentes deveriam tratar os jornalistas com deferência). Os jornalistas estão próximo das grandes decisões sem terem de as tomar; tocam no poder sem serem responsáveis pela sua prática. Das conversas com os jornalistas, e através da leitura dos seus livros, fica-se com a impressão de que são orgulhosos pelo facto de serem jornalistas <sup>(15)</sup>. Existe a tendência para a exclusividade dentro da classe jornalística, e insinuações de que grupos exteriores afins, como o dos jornalistas da rádio, são *entertainers* e não verdadeiros jornalistas. Por fim, há o prazer de se ser membro de uma organização viva que lida com assuntos importantes. O jornal é uma «instituição» dentro da comunidade. As pessoas falam acerca dele e dão-lhe uma cotação; os seus automóveis passam a grande velocidade através da cidade; as suas colunas trazem notícias de lugares importantes e longínquos, com fotografias. Assim, por todas estas razões, e apesar da remuneração relativamente baixa, o *staffer* sente-se, por vezes, parte integrante de uma empresa em plena actividade. A sua moral é boa. Muitos jornalistas poderiam concorrer a empregos melhor remunerados, na publicidade e nas relações públicas, mas permanecem no jornal.

## 6. A NOTÍCIA TORNA-SE UM VALOR.

Os jornalistas definem o seu emprego como produtor de uma certa quantidade daquilo a que se chama «notícias», cada 24 horas. As notícias são um desafio constante, e é função do jornalista ir ao encontro desse desafio. É recompensado por levar a cabo essa tarefa, sua função manifesta. Uma consequência desta ênfase na notícia enquanto valor central é o afastamento do seu forte interesse na objectividade para evitar conflitos sobre a orientação política do jornal. Em vez de mobilizar os seus esforços para estabelecer a objectividade sobre a política editorial, como o critério para a execução, as suas energias são canalizadas para a obtenção de mais notícias. As exigências da competição (em cidades onde existem dois ou mais jornais) e da velocidade realçam esta ênfase. Os jornalistas realmente falam de ética, de objectividade, e

<sup>(14)</sup> Mais uma indicação de que a relação *staffer*/executivo é harmoniosa veio de respostas à questão: «Por que razão é que os jornalistas são considerados cínicos?» Os redactores geralmente diziam que os jornalistas são cínicos porque aproximam-se o suficiente da dura realidade, que vêem os podres da sociedade e as imperfeições dos seus líderes e dirigentes. Apenas dois dos 40 redactores aproveitaram a ocasião para criticar os seus executivos e o reforço da orientação política. Este desvio, ou falta de razões de queixa contra os executivos, pode ser interpretado como o reforço da hipótese da solidariedade redactorial. (Sugere ainda que os jornalistas tendem a analisar a sociedade mais em termos de personalidades do que das instituições existentes no sistema sócio-cultural).

<sup>(15)</sup> Existe um mito considerável entre os jornalistas em redor dos encantos da sua profissão. Por exemplo, a «estória» «Rapariga: 'Vocês, os jornalistas, devem ter uma vida fascinante. Conhecem pessoas extremamente interessantes'. Repórter: 'Sim, e a maior parte delas são jornalistas'». Para uma posterior discussão veja-se Breed, 1952, cap. 17.

do valor relativo de vários jornais, mas não quando há que ir em busca de notícias. Estas vêm em primeiro lugar, e há sempre que as ir procurar <sup>(16)</sup>. Não são pagos para analisar a estrutura social mas sim para arranjar notícias. Poderia parecer que esta orientação instrumental diminui o seu potencial moral. Uma outra consequência deste exemplo é que a harmonia entre *staffers* e executivos é cimentada pelos seus interesses comuns pela notícia. Qualquer potencial conflito entre os dois grupos, tais como greves de zelo de grupos de trabalho na indústria, seria prontamente dissipado, dado que a notícia é um valor positivo. A solidariedade dentro da sala de redacção é, assim, reforçada.

Os seis factores promovem o conformismo com a política editorial do jornal. Seria difícil demonstrar mais exactamente como é mantida essa política, tendo em vista as muitas variáveis existentes no sistema. No entanto, o processo poderá ser um pouco melhor entendido com a introdução de mais um conceito – o grupo de referência <sup>(17)</sup>. O *staffer*, em especial o novato, identifica-se a si próprio, através da existência destes seis factores, com os executivos e com os *staffers* veteranos. Se bem que ainda não seja um deles, ele partilha as normas deles, e assim a sua actuação vem a parecer-se com a dos outros. Ele conforma-se mais com as normas da política editorial do que com quaisquer crenças pessoais que ele tivesse trazido consigo, ou com ideais éticos. Todos estes seis factores funcionam para encorajar a formação do grupo de referência. Quando a fidelidade é directamente dirigida à autoridade legítima, essa autoridade só tem de manter o equilíbrio dentro de determinados limites através da distribuição prudente das recompensas e das punições. O próprio grupo de referência, que tem como elemento «íman» a elite dos executivos e os *staffers* mais velhos, não é capaz de mudar a orientação política para um dado lado, porque, primeiro é o grupo encarregado de levar avante a política editorial e, segundo, porque o *publisher*, aquele que define qual a política, é, muitas vezes, isolado devido à natureza delicada da questão da política editorial.

Os seis factores contribuem, cada um de seu modo, para a formação do comportamento do grupo de referência. Praticamente não existem despedimentos, mas sim grandes perspectivas de emprego duradouro. Os subordinados tendem a ter estima pelos seus patrões, têm-os como grupo modelo. As aspirações de mobilidade (dentro dos limites) são um promotor óbvio de laços entre as várias posições que cada um tem dentro do jornal, bem como a falta de lealdade entre grupos rivais, com a possível consequência de pressões cruzadas. A atmosfera da sala de redacção está impregnada dos factores conexos da cooperação e do carácter agradável do trabalho. Finalmente, o acordo entre os jornalistas de que a sua tarefa é agarrarem-se às notícias, vendo-as como um valor em si, cria um laço com a cadeia hierárquica.

No que diz respeito aos seis factores, cinco deles parecem ser relativamente constantes, e ocorrem em todos os jornais estudados. O factor variável é o segundo: a obrigação e a estima que os *staffers* mantêm pelo executivo e os *staffers* mais velhos. Em alguns jornais, esta

<sup>(16)</sup> Esta é uma variante do processo de «transferência de objectivos», os jornalistas viram-se mais para a «obtenção da notícia» do que para a procura de dados que esclareçam e informem os seus leitores. A disfunção está implícita na necessidade da nação não por mais notícias mas por melhores notícias – mais qualidade que quantidade. Veja-se Merton (1949), pp. 154-5.

<sup>(17)</sup> Se os membros do grupo o reconhecem ou não, o que é facto é que «se as atitudes de uma pessoa são influenciadas por um conjunto de normas que ela afirma partilhar com outros indivíduos, esses indivíduos constituem para ela um grupo de referência» (Newcomb, 1950, p. 225). Williams afirma que a formação do grupo de referência pode segmentar grandes organizações; no presente caso, verifica-se o contrário, a lealdade dos subordinados vai para os seus superiores «amigáveis» e para o cumprimento de normas técnicas, como seja a obtenção da notícia. Veja-se Williams (1951, p. 476).

entidade obriga  
parecia ter duas  
lho de busca e  
política. A orga  
outros membros  
poucos jornais  
moral é irregul  
funções de form  
vezes, hostis à p  
determinante, n  
do bom desemp

### Situações que

Até aqui  
mostrar que ist  
nossa hipótese  
acontece quan  
raramente acor

O proces  
lo social, no q  
cortando o arti  
Por exemplo, u  
uma notícia e u  
Num caso rec  
quando neglig  
se pode concl  
editorial, cens  
violação dessa  
políticas – Ted  
e Thackrey em

De vez  
artigos contin  
a não ser dis  
carreira de at  
carreira. Pou  
a etapa de m  
editorial. Esc  
acidentes de  
staffer contin  
último, a mes

entidade obrigação-estima era maior nuns do que noutros. Onde ela era grande, o jornal parecia ter duas características pertinentes para esta discussão. Primeira, fazia um bom trabalho de busca e publicação da notícia, e, segunda, tinha poucos problemas com a orientação política. A organização era eficiente quando os *staffers* mostravam que se entendiam com os outros membros e com os grupos de referência, o que acontece na maioria dos jornais. Nos poucos jornais menores onde os executivos e os *staffers* mais velhos não são respeitados, a moral é irregular, os *staffers* retêm o entusiasmo dos seus artigos, desempenham as suas funções de forma superficial. Anseiam por um emprego num jornal melhor, são apáticos e, por vezes, hostis à política do jornal. Assim, o factor obrigação-estima parece ser a variável activa determinante, não só do conformismo para com a orientação política mas também da moral e do bom desempenho profissional.

### Situações que permitem desvios

Até aqui poderia parecer que o *staffer* goza de pouca «liberdade de imprensa». A fim de mostrar que isto é simplificar demasiado e, mais importante, sugerir um tipo de teste para a nossa hipótese acerca da força da política editorial, façamos a seguinte pergunta: «O que acontece quando um *staffer* apresenta uma notícia contra essa orientação?» Sabemos que isto raramente acontece, mas o que se passa nestes casos?

O processo de aprendizagem da orientação política cristaliza-se num processo de controlo social, no qual se castigam os desvios (geralmente de um modo suave) com reprimendas, cortando o artigo, recusando um comentário de modo amigável por parte de um executivo, etc. Por exemplo, uma forma de punição do *staffer* é o editor mostrar-lhe uma folha da cópia de uma notícia e dizer-lhe: «Joe, não faças isto quando escreveres sobre o presidente da Câmara.» Num caso recente, um *staffer*, agindo na qualidade de editor telegráfico, foi despromovido, quando negligenciou dar destaque no jornal a uma notícia sobre um político «sagrado». O que se pode concluir é que quando um executivo vê um item que é claramente contra a política editorial, censura-o, o que constitui uma lição para o *staffer*. Este raramente persiste na violação dessa política. De facto, os casos mais conhecidos de despedimento por razões políticas – Ted O. Thackrey e Leo Huberman – ocorreram em diários liberais de Nova Iorque, e Thackrey era um editor, não um *staffer*.

De vez em quando, aparecem casos em que um *staffer* encontra impressos os seus artigos contra a política do jornal. Parece não existir nenhuma explicação consistente para isto, a não ser dois aspectos que podem ser levados em linha de conta: o primeiro tem a ver com a carreira do *staffer*, o segundo com condições empíricas particulares associadas à progressão na carreira. Podemos distinguir três etapas através das quais o redactor progride. Primeiro, existe a etapa de estagiário, os primeiros meses ou anos em que ele aprende as técnicas e a política editorial. Escreve pequenas notícias, que não estão ligadas à política editorial, tais como acidentes de pouca importância, conferências, o tempo, etc. Na segunda, a de «ligação», o *staffer* continua a assimilar os valores da sala de redacção e a cimentar relações informais. Por último, a etapa de «veterano», em que o *staffer* basicamente se define como um membro

responsável do grupo, encara os objectivos deste como sendo os seus e quem lhe pode merecer confiança para levar a cabo a política editorial (18).

Para especificar melhor o problema do conformismo-desvio deve-se ter em conta que a feitura de um jornal é uma actividade relativamente complexa. O jornalista é responsável por uma série de práticas e juízos, que só são igualados nos campos profissionais e empresariais. As demasiadas simplificações sobre a rigidez da orientação política podem ser evitadas se fizermos a seguinte pergunta: «Em que condições é que o *staffer* a pode desafiar ou contornar?» Já vimos que os *staffers* são livres de discutir as decisões sobre as notícias com os executivos em breves «conferências», mas, geralmente, os argumentos giram mais à volta de aspectos de «noticiabilidade» do que da política editorial como tal (19). Parecem existir cinco factores significantes dentro da área de influência do repórter que o ajudam a iludir a orientação política.

1. As normas da política editorial nem sempre são completamente claras, uma vez que muitas são vagas e não estruturadas. A política editorial é dissimulada por natureza e tem um largo raio de acção. O jornal pode ser republicano, mas pode adoptar uma posição pouco entusiástica em relação ao candidato republicano A, que pode ser demasiado «liberal» ou então que não é amigo do *publisher*. A política, se for explicitamente planeada, terá de incluir motivações, razões, alternativas, desenvolvimentos históricos, e outro material complicado. Assim, surge uma zona de crepúsculo que permite um raio de desvio (20).

2. Os executivos podem ignorar certos factos específicos e os *staffers*, que têm o trabalho de andar a pé (e de telefonar), para obter notícias, podem utilizar os seus melhores conhecimentos na subversão da política editorial. Tendo por base tanto as crenças pessoais como os códigos profissionais, o *staffer* tem a opção de selecção em muitos pontos. Pode decidir quem entrevistar e quem ignorar, que perguntas fazer, que citações anotar, e ao escrever o artigo que itens realçar (tendo o título em vista), quais a enterrar e, de um modo geral, que tom dar aos vários elementos possíveis da notícia.

3. Além da tática da «pressão» explorando a ignorância dos executivos de certos factos minúsculos, os *staffers* podem utilizar a tática da «prova forjada». Embora a política editorial de um jornal possa entender não dar destaque a um determinado assunto, um *staffer* que obtenha uma boa «estória» sobre esse assunto pode «publicá-lo num outro jornal através de um *staffer* amigo e apresentá-lo depois ao seu próprio editor, alegando que a matéria se tornou demasiado importante para a ignorar.

4. É possível classificar as notícias em quatro tipos tendo por base a fonte de origem. São estes: a reportagem política ou de campanha, a reportagem atribuída, o *beat story* e a

(18) Será que o novo *staffer*, ainda com os ideais frescos da universidade, «modifica as suas atitudes»? Dá a sensação de que as atitudes relativas aos assuntos sócio-económicos não precisam de ser estabelecidos, mas são capazes de se adaptar à situação. Existem argumentos a favor e contra qualquer opinião; na atmosfera da redacção, os argumentos «a favor» das orientações políticas são feitos de modo a parecerem adequados, especialmente aqueles que são proferidos por alguém importante no sistema.

(19) O tratamento mais completo das conferências entre o redactor e o repórter é feito em Swanson (1948).

(20) Relacionado com o facto de que a política é algo de vago, encaremos os executivos que procuram evitar questões formais e possíveis danos que daí possam advir. Veja-se Barnard (1947).

reportagem iniciada pelo *staffer*. A autonomia deste é maior com o último tipo do que com os anteriores. Com a reportagem de campanha (construir um novo hospital, expulsar indesejáveis, etc.), o *staffer* trabalha directamente sob as ordens dos executivos e tem pouca margem de acção. Uma reportagem atribuída é entregue pelo editor e, por isso, raramente vai contra a orientação política, apesar de o *staffer* ter algum poder de selecção. No entanto, é nítido que a função do repórter muda quando chegamos ao *beat story*. Nenhum editor interferirá na sua acção (polícia, câmara municipal, etc.), podendo assim o repórter ganhar a função de «editor». É ele que, até certo ponto, pode seleccionar quais as «estórias» a continuar, quais a ignorar. Vários casos resultaram em entrevistas de fontes regulares do *beat* que abafaram «estórias» que sabiam que poderiam vir a fornecer combustível para a política editorial – política essa de que eles não gostavam ou achavam injuriosa em relação ao código profissional. Nestes casos, a cooperação entre supostos repórteres rivais é essencial. O quarto tipo de reportagem é simplesmente aquela que é iniciada pelo *staffer*, independente da tarefa atribuída ou do *beat*. Todos os correspondentes, os executivos e os *staffers*, afirmaram que qualquer empregado era livre de fazer reportagens. Mas também afirmaram que a oportunidade, muitas vezes, não foi aproveitada. Os redactores já estavam sobrecarregados com o *beat*, com as tarefas atribuídas e com as coberturas de rotina e, além disso, as recompensas para as reportagens iniciadas pelos repórteres eram magras ou não existiam, a não ser que esta viesse de encontro à política editorial do jornal. Apesar de esta área ser muito promissora, os *staffers* devem procurar obter os seus proveitos. O caso mais marcante neste estudo diz respeito a um repórter instruído e entusiasta de um jornal do Norte dos EUA. Completamente entregue a si próprio, iniciava insistentemente «estórias» sobre negros e sobre as suas relações com os brancos, «fazendo» política onde havia apenas um vazio. Fez horas extraordinárias para documentar e polir as suas «estórias»; o seu «chefe» disse que não concordava com a ideia, mas insistiu no direito de o repórter as publicar.

5. Os *staffers* com um estatuto de «estrela» podem, facilmente, transgredir a política editorial. Este privilégio diferencial de estatuto foi encontrado em vários jornais. Um exemplo disto seria Walter Winchell durante a Administração de Roosevelt, que regularmente elogiava o presidente enquanto a política do seu chefe, Mr. Hearst, criticava fortemente o regime. Um *staffer* do *New York Times* referiu que duvidava que algum revisor do jornal ousasse mudar uma palavra da cópia de Meyer Berger, o *star feature writer*.

Estes cinco factores indicam que, sob certas condições, os controlos que levam ao conformismo com a política editorial do jornal podem ser ultrapassados. Estas condições existem não só dentro da sala de redacção e da situação noticiosa como também dentro do próprio *staffer*; elas só serão exploradas se as atitudes do *staffer* o permitirem. Assim, existem algumas limitações da força da política do *publisher*.

Antes de resumir, devem-se referir três condições adicionais do paradigma funcional de Merton. São afirmações das consequências do padrão, de formas alternativas de comportamento e uma validação da análise.

### Consequências do padrão

A partir do momento em que a orientação política é mantida, o jornal continua a publicar regularmente como foi observado, tanto da sala de redacção como do exterior, o que não é proeza pequena se visualizarmos um país sem nenhuma imprensa. Esta é a consequência

mais comum, mas existem várias outras. Para a sociedade como um todo, é mantido o sistema existente de relações de poder. A política do jornal protege, geralmente, a propriedade e os interesses de classe, e por isso as classes sociais e os grupos detentores destes interesses estão melhor habilitados para os reter. Para a maior parte da comunidade, a maioria das notícias são apresentadas de forma objectiva, permitindo a formação livre de opinião, mas as notícias que envolvem a política editorial podem ser «influenciadas» ou «enterradas», de modo que algumas informações importantes são negadas ao cidadão. (Esta é a disfunção largamente registada pelos críticos.) O mesmo acontece com o leitor individual. Para os executivos, os seus estatutos favoráveis são mantidos, talvez com vestígios ocasionais de culpa em relação à política editorial. Para os jornalistas, as consequências são as mesmas que para os executivos. Para os *staffers* mais independentes e mais críticos, podem existir vários modos de adaptação. Nos extremos, o conformista puro pode negar o conflito, enquanto o anticonformista convicto pode deixar o jornalismo. De outro modo, as adaptações parecem ir neste sentido: 1) Manter-se no emprego mas limando as arestas da política editorial sempre que possível («Se eu não estivesse aqui o outro tipo deixaria passar *todo* este lixo...»); 2) Tentar *reprimir* o conflito de forma amoral e anti-intelectual («Que diabo, isto é só um emprego; recebe o ordenado e esquece...»); 3) Tentar compensar, «vingando-se» noutras contextos, escrevendo «a verdade» para publicações liberais ou trabalhando com o sindicato. Todos estes ajustamentos foram encontrados neste estudo. Como temos sugerido, uma das principais compensações para todos os *staffers* é simplesmente encontrar justificação para aderir a uma «boa prática noticiosa».

### Possíveis alternativas e mudança

Uma análise funcional, destinada a localizar fontes de persistência de um padrão, é também capaz de indicar pontos de tensão onde podem ocorrer mudanças estruturais. Por exemplo, a popular receita para a eliminação da parcialidade era diminuir o poder dos publicitários sobre as notícias. Tendo-se provado que esta teoria era infrutífera, os críticos, mais recentemente, têm-se fixado no *publisher*, como o ponto onde se deve iniciar a mudança. A nossa análise sugere que esta é uma abordagem válida, mas que, por sua vez, requer o uso de pressão sobre o *publisher* vinda de vários sectores. Talvez que a mais importante de entre estas seja o código profissional. No entanto, já verificámos a fragilidade destes códigos, quando são tomadas decisões relacionadas com a política editorial. Uma maior pressão é levada a cabo pela direcção profissional de algumas escolas de jornalismo, dentro do sindicato, e na crítica pura.

Finalmente, os leitores de jornais detêm um poder potencial sobre a actuação da imprensa. Visto como um cliente da imprensa, o leitor deveria ter o direito não só a um jornal interessante mas também a um que lhe apresentasse, de forma objectiva, notícias significantes. Este é o problema básico da democracia: até que ponto é que o indivíduo deve ser tratado como um membro de uma massa, e até que ponto moldado (através de processos educativos) como um participante activo em decisões públicas? Estudos acerca dos hábitos de leitura demonstram que os leitores preferem notícias «interessantes» e *features*, em vez de análises profundas. Pode-se concluir que o cidadão não tem sido suficientemente motivado pela sociedade (e a sua imprensa) a exigir a informação de que precisa, e a fazer a distinção entre informação válida e informação supérflua, para a realização do papel do cidadão. Estas outras forças – códigos profissionais, escolas de jornalismo, o sindicato, os críticos e os leitores – podem dar origem à mudança de atitude do jornal. Todavia, ainda é o *publisher* o primeiro a

ser mudada  
decisões. A  
comunidade  
de ser conc

### Sugestões

O pa  
na mão tar  
caso, o jor  
tipos de jo  
detalhada s  
de política  
com situaç  
referência  
permitem  
partida.

Pode  
paradigma  
mento do p  
funcional,  
como a tes  
por uma h  
Vários asp

### Sumário

O pr  
der, centra  
de três cor  
os *staffers*  
mamente  
para expli  
fundament  
notícias de  
al elabora

Form  
juntamente  
factores, a  
mais signi  
não só a m

rios, é o que  
no que dire

ser mudado. Ele pode-se localizar no vértice de um T, o ponto crucial onde se tomam as decisões. A redacção e as forças profissionais formam a base do T, as forças exteriores, as da comunidade e as da sociedade são os braços. É o *publisher* que decide quais as forças que têm de ser conciliadas.

### Sugestões para validação

O paradigma de Merton requer uma validação da análise. As verificações podem estar na mão tanto dos investigadores das ciências sociais como na dos jornalistas. Neste último caso, o jornalista deve explicitar a base da sua argumentação, especialmente no que toca aos tipos de jornais, executivos e *staffers* que ele conhece. Um ponto crucial para uma descrição detalhada seria a situação em que os *staffers* desafiam activamente a autoridade em questões de política editorial. Uma outra prova importante seria a descrição comparativa de dois jornais com situações diferentes relativamente aos seis factores promotores do conformismo, com referência particular à variável da obrigação e estima para com os superiores, e os factores que permitem o desvio. Em qualquer caso, este estudo exploratório pode servir como ponto de partida.

Pode-se sugerir um segundo tipo de validação. Focar-se-ia na utilidade do próprio paradigma. Os estudos anteriores têm-se baseado na teoria funcional, mas antes do desenvolvimento do paradigma (21). Os estudos de sistemas sociais diversos também se prestam à análise funcional, e um tal estudo comparativo pode ajudar não só a construir uma teoria sistemática como a testar e sugerir modificações do paradigma. Situações caracterizadas pelo conflito e por uma luta por objectivos mal definidos adequam-se particularmente à análise funcional. Vários aspectos focados no presente ensaio podem ter sido analisados sem o paradigma (22).

### Sumário

O problema, que as velhas acusações de parcialidade contra a imprensa davam a entender, centrava-se em torno do modo como a política editorial do *publisher* era seguida, apesar de três condições empíricas: 1) a política transgride, algumas vezes, as normas jornalísticas; 2) os *staffers*, muitas vezes, discordam pessoalmente dela; e 3) os executivos não podem legitimamente obrigar a que essa política seja seguida. Entrevistas e outros dados foram utilizados para explicar a manutenção dessa política. É importante lembrar que o estudo se baseia fundamentalmente no estudo dos jornais de «média» circulação, e não considera nem as notícias desligadas da orientação política do jornal nem as decisões iniciais de política editorial elaboradas pelo *publisher*.

Fornecemos os mecanismos de aprendizagem da política editorial pelo novo *staffer*, juntamente com sugestões, assim como a natureza dos controlos sociais. Descrevemos seis factores, aparentemente as principais variáveis que originam a manutenção dessa política. A mais significativa dessas variáveis, a obrigação e a estima pelos superiores, foi considerada não só a mais importante como também a variável mais flutuante de jornal para jornal. A sua

(21) As referências encontram-se citadas em Merton (1949) e também nos trabalhos de T. Parsons.

(22) Que o paradigma poderia servir melhor como lista de verificação, ou como guia teórico para os estagiários, é o que mostra a excelência de um artigo publicado antes do paradigma – e muito semelhante a este artigo no que diz respeito aos problemas de manutenção da orientação política numa organização formal: Shils e Janowitz (1948).

existência e a sua importância para o conformismo levou à sub-hipótese de que o comportamento do grupo de referência desempenhava um papel no padrão. Para mostrar, todavia, que a política editorial não é firme, sugeriram-se cinco condições em que os redactores podem ultrapassá-la.

Assim, concluímos que a política do publisher, quando estabelecida numa dada área temática, é geralmente seguida, e que a descrição da dinâmica situação sócio-cultural da redacção sugerirá explicações para este conformismo. A fonte de recompensas do jornalista não se localiza entre os leitores, que são manifestamente os seus clientes, mas entre os seus colegas e superiores. Em vez de aderir a ideais sociais e profissionais, ele redefine os seus valores até ao nível mais pragmático do grupo redaccional. Ele ganha, desse modo, não só recompensas ao nível do estatuto mas também a aceitação num grupo solidário empenhado num trabalho interessante, variado e, por vezes, importante. Assim, os padrões culturais da sala de redacção produzem resultados insuficientes para as mais vastas necessidades democráticas. Qualquer mudança importante tendente a uma «imprensa mais livre e responsável» devem provir de várias possíveis pressões sobre o *publisher*, que incorpora o papel decisório e coordenador.